



Anais da Assembléia

151

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO de 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 4.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1986.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Francisco Escorsin.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Estão em discussão as atas que acabam de ser lida. Aprovadas.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. HERMAS BRANDÃO - (Pela ordem) - Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - A

Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

22 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão, sem, no entanto, votarmos a matéria.

Esta Presidência atenderá a solicitação do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

22 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.- Aprovadas as atas.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 163/86. (Proj. de Lei: 287/86)

Curitiba, 12 de dezembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1. de janeiro de 1987, os vencimentos dos cargos efetivos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis reflete a preocupação do Governo do Estado, no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

A anexa Exposição de Motivos n. 3.961/86, firmada pelos Senhor Secretário de Estado da Administração, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Outrossim, dada a relevância da matéria, solicito sua inclusão no rol daquelas que serão apreciadas no atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 284/86

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive, Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam fixados, a partir de 1º de janeiro de 1987, de acordo com os valores constantes dos Anexos I e II.

Art. 2º - O valor unitário do salário-família, atribuído ao funcionário por dependente legal, fica fixado em Cz\$ 40,00 (quarenta cruzados).

Art. 3º - O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3º, da Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica fixado em Cz\$ 326,96 (trezentos e vinte e seis cruzados e noventa e seis centavos).

Art. 4º - A gratificação de produtividade, de que trata o art. 4º, da Lei n. 8.210/85, fica majorada na mesma proporção percentual do aumento de vencimentos fixado na Tabela IX do Anexo I.

Art. 5º - O vencimento mensal dos cargos em comissão de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e de Procurador Geral do Estado, ficam majorados em 16% (dezesesseis por cento).

Art. 6º - Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pelas tabelas anexas à presente Lei, ficam majorados em 16% (dezesesseis por cento), exceto os dos integrantes do Quadro da Polícia Civil, que terão tratamento em lei específica.

Art. 7º - Ocorrendo, eventualmente, que o IPCR - Índice de Preços ao Consumidor Restrito, acumulado durante o período de março a dezembro, inclusive, do ano de 1986, venha a ser fixado em percentual superior a 16% (dezesesseis por cento), fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, rever, até o seu limite, as Tabelas de Vencimentos de que trata esta lei.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto neste artigo às categorias de servidores que obtiveram por esta lei, aumento de vencimento superior a 16% (dezesesseis por cento).

Art. 8º - A gratificação de que trata o art. 1º, da Lei n. 7.770, de 13 de dezembro de 1983, para o militar, passa a ter o seu valor correspondente ao soldo básico acrescido da vantagem prevista no §

1º, do art. 2º, da Lei n. 7.434, de 29 de dezembro de 1980, a partir do ano de 1987.

Ar. 9º - Ficam criados, no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, um cargo de provimento em comissão, símbolo 8-C, de Chefe de Posto de Trânsito, no Município de São José das Palmeiras e, na estrutura da Casa Civil da Governadoria, um cargo de provimento em comissão de Chefe do Escritório de Representação do Paraná, na Capital do Estado de São Paulo, símbolo DAS-3.

Agt. 10 - Esta lei entrará em vigor, em 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA I

Polícia Militar
Soldo do Posto de Coronel 6.768.60

TABELA II

COORDENADORIA DA RECEITA DO ESTADO - CRE
Ag. Fiscal 1, Classe C Ref. IV .. 3.204.44
Diretor da CRE (Em Comissão) 3.814.81
Ag. Fiscal 4, Classe D 1.451.62

TABELA III

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE
Procurador - Classe I 8.363.35
Procurador - Classe II 7.861.55
Procurador - Classe III 7.359.75
Procurador - Classe IV 6.857.95
Procurador - Classe V 6.356.15

TABELA IV ENGENHEIROS

Engenheiro de 1a. Classe 10.453.28
Engenheiro de 2a. Classe 6.425.01
Engenheiro de 3a. Classe 8.500.19
Engenheiro de 4a. Classe 7.667.50
Engenheiro de 5a. Classe 6.835.00

TABELA V QUADRO ÚNICO

MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR
Instrutor do Ensino Superior 4.605.31
Assistente do Ensino Superior ... 4.789.52
Professor do Ensino Superior 4.981.10
Professor Titular 4.981.10

TABELA VI

QUADRO ÚNICO - PROFESSOR ENQUADRADO
LP - Licenciatura Plena 22 h. ... 1.726.12
LP - Licenciatura Plena 15 h. ... 1.226.98
LP - Licenciatura Plena 10 h. ... 1.093.69
LC - Licenciatura Curta 22 h. ... 1.483.00
LC - Licenciatura Curta 15 h. ... 1.107.72
LC - Licenciatura Curta 10 h. ... 1.084.52
NL - Não Licenciado - 22 h. 1.247.34
NL - Não Licenciado - 15 h. 1.100.46
NL - Não Licenciado - 10 h. 1.066.17

TABELA VIII			
QUADRO UNICO			
REFERENCIA	S/HABIL.	PROF. REGIONALISTA	REGIONALIST
1	1.809.00	I	2.050.20
2	1.863.27	I	2.111.71
3	1.919.17	I	2.175.06
4	1.976.74	I	2.240.31
5	2.036.05	I	2.307.52
6	2.097.13	I	2.376.74
7	2.160.04	I	2.448.05
8	2.224.84	I	2.521.49
9	2.291.59	I	2.597.13
10	2.360.33	I	2.675.05
11	2.431.14	I	2.755.30

TABELA VII						
QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTERIO						
REFERENCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5	
1	2.412.00	2.773.80	3.328.56	3.827.84	4.402.02	
2	2.484.36	2.857.01	3.428.42	3.942.68	4.534.08	
3	2.558.89	2.942.72	3.531.27	4.060.96	4.670.10	
4	2.635.66	3.031.01	3.637.21	4.182.79	4.810.21	
5	2.714.73	3.121.94	3.746.32	4.308.27	4.954.51	
6	2.796.17	3.215.59	3.858.71	4.437.52	5.103.15	
7	2.880.05	3.312.06	3.974.47	4.570.65	5.256.24	
8	2.966.46	3.411.42	4.093.71	4.707.77	5.413.93	
9	3.055.45	3.513.77	4.216.52	4.849.00	5.576.35	
10	3.147.11	3.619.18	4.343.02	4.994.47	5.743.64	
11	3.241.53	3.727.76	4.473.31	5.144.30	5.915.95	

TABELA IX

A) VENCIMENTOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADR/REF	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	1,622.04	1,649.65	1,677.73	1,706.30	1,735.35	1,764.90	1,794.94	1,825.51	1,856.58	1,888.18	1,920.33
B	1,650.31	1,702.01	1,755.34	1,810.35	1,867.08	1,925.58	1,985.92	2,048.15	2,112.33	2,178.51	2,246.78
C	1,695.85	1,771.84	1,851.22	1,934.16	2,020.82	2,111.37	2,205.97	2,304.80	2,408.07	2,515.96	2,628.69
D	1,843.82	1,940.61	2,042.48	2,149.73	2,262.59	2,381.32	2,506.36	2,637.94	2,765.95	2,903.23	3,047.76
E	2,157.27	2,270.47	2,389.72	2,515.11	2,644.23	2,775.08	2,912.93	3,057.92	3,210.50	3,371.16	3,540.26
F	2,523.93	2,652.95	2,784.31	2,922.55	3,068.03	3,221.27	3,382.46	3,552.12	3,730.66	3,918.66	4,116.41
G	2,932.28	3,078.35	3,232.05	3,393.87	3,564.02	3,743.33	3,931.93	4,130.48	4,339.35	4,548.00	4,752.21
H	4,344.72	4,552.95	4,757.48	4,972.69	5,199.22	5,437.68	5,688.58	5,952.73	6,230.64	6,523.23	6,831.18
I	5,144.53	5,380.06	5,628.01	5,888.95	6,163.59	6,452.61	6,756.83	7,076.99	7,413.97	7,768.69	8,141.96

B) VENCIMENTOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

A	1,291.81	1,306.72	1,321.87	1,337.27	1,352.96	1,368.91	1,385.12	1,401.60	1,418.37	1,435.43	1,452.78
B	1,307.07	1,334.96	1,363.75	1,393.43	1,424.04	1,455.61	1,489.48	1,536.15	1,584.28	1,633.92	1,685.12
C	1,331.64	1,372.65	1,415.49	1,460.25	1,515.65	1,583.56	1,654.51	1,728.64	1,806.09	1,887.02	1,971.57
D	1,411.49	1,463.73	1,531.89	1,612.34	1,696.98	1,786.04	1,879.82	1,978.51	2,074.51	2,177.48	2,285.87
E	1,617.99	1,702.89	1,792.33	1,886.38	1,983.22	2,081.36	2,184.75	2,293.50	2,407.93	2,528.43	2,655.26
F	1,892.99	1,989.76	2,088.28	2,191.96	2,301.08	2,416.01	2,536.91	2,664.15	2,798.06	2,939.07	3,087.38
G	2,199.27	2,308.82	2,424.10	2,545.46	2,673.08	2,807.57	2,949.02	3,097.94	3,254.60	3,411.09	3,564.24
H	3,258.62	3,414.80	3,568.20	3,729.61	3,899.51	4,078.36	4,266.54	4,464.66	4,673.09	4,892.54	5,123.51
I	3,858.50	4,035.14	4,221.11	4,416.82	4,622.81	4,839.58	5,067.74	5,307.88	5,560.62	5,826.66	6,106.62

C) VENCIMENTOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

I J I 3,456.11 I 3,612.01 I 3,776.13 I 3,948.84 I 4,130.63 I 4,321.93 I 4,533.30 I 4,735.21 I 4,958.26 I 5,193.04 I 5,440.12 I

TABELA X		
CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS		
A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS		
SÍMBOLO	DAS-1	9,518.11
	DAS-2	8,719.21
	DAS-3	8,036.65
	DAS-4	7,108.77
	DAS-5	5,531.47
B - CARGOS EM COMISSÃO		
SÍMBOLO	1-C	3,520.48
	2-C	3,251.29
	3-C	3,001.30
	4-C	2,772.27
	5-C	2,561.25
	6-C	2,366.17
	7-C	2,189.69
	8-C	2,024.60
	9-C	1,874.44
	10-C	1,733.31
	11-C	1,608.21
	12-C	1,488.22
	13-C	1,379.39
	14-C	1,280.19
	15-C	1,228.54
TABELA XI		
FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS		
SÍMBOLO	1-F	366.48
	2-F	311.14
	3-F	274.36
	4-F	220.22
	5-F	201.26
	6-F	164.29
	7-F	127.57
	8-F	110.13
	9-F	89.92
	10-F	72.99
TABELA XII		
PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA		
NÍVEL	01	5,775.31
	02	5,291.31
	03	4,846.78
	04	4,360.33
	05	4,005.88
	06	3,682.87
	07	3,388.91
	08	3,008.39
	09	2,756.71
	10	2,526.02
	11	2,314.66
	12	2,168.14
	13	1,954.01
	14	1,780.95
	15	1,631.91
	16	1,495.32
	17	1,402.43
	18	1,319.93
TABELA XIII		
PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
PROCURADOR		12,009.55
CONSULTOR LEGISLATIVO CL-J, CLASSE "A", REFERÊNCIA 1		5,775.31
TABELA XIV		
PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS		
CONSULTOR TÉCNICO		12,009.55
TÉCNICO DE CONTROLE TC-1, CLASSE "A", REFERÊNCIA I		5,775.31

I	ANEXO II	I	I
I	TABELA I	I	I
I	MAGISTRATURA	I	I
I	DESEMBARGADOR	I	I
I	JUIZ DO TRIBUNAL DE ALÇADA	I	12,412.52 I
I	JUIZ DE ENTRÂNCIA FINAL E AUDITOR DA JUSTIÇA MILITAR	I	11,791.89 I
I	JUIZ DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	I	11,033.35 I
I	JUIZ DE ENTRÂNCIA INICIAL	I	9,930.02 I
I	JUIZ SUBSTITUTO	I	8,937.01 I
I		I	8,043.30 I
I	TABELA II	I	I
I	TRIBUNAL DE CONTAS	I	I
I	CONSELHEIRO	I	I
I	AUDITOR	I	12,412.52 I
I	PROCURADOR JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	I	11,791.89 I
I	PROCURADOR GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS (EM COMISSÃO)	I	11,791.89 I
I		I	12,412.52 I
I	TABELA III	I	I
I	MINISTÉRIO PÚBLICO	I	I
I	PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA (EM COMISSÃO)	I	I
I	PROCURADOR DA JUSTIÇA	I	12,412.52 I
I	PROMOTOR DE ENTRÂNCIA FINAL	I	11,791.89 I
I	PROMOTOR DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	I	11,033.35 I
I	PROMOTOR DE ENTRÂNCIA INICIAL	I	9,929.97 I
I	PROMOTOR SUBSTITUTO	I	8,937.01 I
I		I	8,043.30 I

Curitiba, 12 de dezembro de 1986.
Of. n. 3.961/86 - 86
Exposição de Motivos
Assunto: Fixação de vencimentos dos funcionários civis e militares, a partir de 1.º de janeiro de 1987.

Senhor Governador:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso estudo sobre a fixação dos vencimentos dos funcionários estaduais, civis e militares, com vigência prevista para 1.º de janeiro de 1987.

O trabalho em referência acha-se substanciado em uma minuta anexa, de anteprojeto de lei, acompanhada das respectivas tabelas que definem os novos valores de retribuição.

Com relação ao salário-família, procurou-se estabelecer uma correlação com o mesmo benefício pago hoje, aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Em decorrência do aumento geral de vencimentos, a proposta atualiza os valores das pensões especiais, majorando-as em 16% (dezesesseis por cento) e da gratificação de produtividade, majorando-a na mesma proporção do aumento percentual dos níveis de vencimentos constantes da Tabela IX do Anexo I.

Relativamente aos vencimentos da tabela específica do quadro de Engenheiro, a revisão buscou estabelecer certa semelhança de tratamento entre os estatutários e os celetistas da mesma categoria profissional, de forma a assegurar uma equivalência salarial.

Em virtude de ser ainda desconhecido o valor do IPCR acumulado para o período de março a dezembro, foi incluída no texto da proposta uma autorização no sentido de que, se o IPCR foi maior que 16% (dezesesseis por cento), seja possível, mediante decreto, rever as tabelas de vencimentos dos níveis para os quais o aumento foi menor que o IPCR.

Convém observar que as tabelas de vencimentos da Magistratura, Ministério Público e Membros do Tribunal de Contas do Estado, foram elaboradas levando-se em conta a Resolução n. 02/86, de 16 de maio de 1986, do Presidente do Tribunal de Justiça.

Saliente-se, também, que no valor do soldo fixado para o posto de Coronel da Polícia Militar, está sendo incorporada a gratificação concedida aos policiais militares, no mês de outubro do ano em curso, devendo ser revogada, a partir de 1.º de janeiro próximo vindouro, a autorização constante do Ofício n. 3.639/86, desta Secretaria.

No sentido de atender a uma demanda

meramente administrativa, está sendo prevista, no anteprojeto, a criação de um cargo em comissão para a chefia do Posto de Trânsito do Município de São José das Palmeiras e outro de Chefe de Escritório do Paraná em São Paulo.

Não figura no texto do anteprojeto anexo a revisão dos salários dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, entretanto, juntamente com a vigência da lei do aumento geral, deverão entrar em vigor, também, as novas tabelas dessa categoria, com os salários revistos de acordo com o mesmo critério adotado para os integrantes do Quadro Geral do Poder Executivo.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ CARLOS CAMPOS HIDALGO
Secretário de Estado
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 164/86.

Curitiba, 12 de dezembro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que objetiva modificar alguns dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, (Estatuto da Polícia Civil), visando pôr em prática o regime especial de trabalho policial previsto na referida lei complementar e sua alteração pela de número 19/84.

Os motivos que justificam a necessidade de legislar sobre a matéria em questão, estão consubstanciados na Exposição de Motivos do Secretário de Estado da Administração, que segue em anexo.

Tendo em vista o elevado interesse público solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o anteprojeto encaminhado merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(A) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 288/86

Art. 1.º - As subseções V e VIII, da Seção IV, do Capítulo III da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, passam a denominar-se:

"Subseção V - Da gratificação pela participação como Membro das Comissões de Concurso, de Seleção a Cursos de Formação e Permanentes de Disciplina".

"Subseção VIII - Da Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial (RETP)".

Art. 2º - Os incisos V e VIII, do artigo 84, artigos 89, 92, 274 e 291, da Lei Complementar n. 14/80 e suas alterações posteriores, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 84 -

V - Pela Participação como Membro da Comissão de Concurso, de Seleção a Cursos de Formação e Permanentes de Disciplina.

VIII - Pelo Regime Especial de Trabalho Policial (RETP)."

"Art. 89 - Os integrantes das Comissões de Concursos, de Seleção a Cursos de Formação e Permanentes de Disciplina, perceberão a gratificação que for fixada em regulamento".

"Art. 92 - Pela sujeição ao regime a que se refere o artigo 274, desta Lei, os titulares de cargos policiais civis, fazem jus a uma gratificação, incorporável para todos os efeitos legais, de 17% (dezesete por cento), calculada sobre o vencimento acrescido da gratificação de representação."

"Art. 274 - Os integrantes das carreiras policiais civis terão regime especial de trabalho, em base de vencimentos fixados e atualizados por lei, levando-se em conta a natureza específica das funções e as condições para seu exercício, o risco de vida a elas inerentes, a irregularidade dos horários de trabalho, sujeitos a plantões noturnos e chamados a qualquer hora, bem como, a proibição legal do exercício legal de outras atividades remuneradas, ressalvado o magistério."

"Art. 291 - O vencimento dos ocupantes de cargos das séries de classes das carreiras policiais civis, reajustável sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo público em geral, nos mesmos percentuais e época de vigência, será calculado de acordo com os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical, contida no Anexo II, desta Lei, tomando-se por base o vencimento mensal percebido pelo Delegado de Polícia de Primeira Classe, fixado da seguinte forma:

I. em Cz\$ 8.200,54 (oito mil, duzentos cruzados e cinquenta e quatro centavos), para os que se sujeitarem ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com um mínimo de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

II. em Cz\$ 4.316,02 (quatro mil, trezentos e dezesseis cruzados e dois centavos), para os demais, observando-se

um mínimo de 20 (vinte) horas semanais de trabalho."

Art. 3º - Fica mantido o princípio estabelecido no parágrafo único do artigo 5º, da Lei Complementar n. 10, de 29 de dezembro de 1980.

Art. 4º - Ao policial civil com vencimento fixado nos itens I ou II do artigo 291, da Lei Complementar n. 14/82, com a redação dada por esta lei, fica vedada a percepção de gratificações instituídas "pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva" e "pelo risco de vida e saúde", assegurado o direito de opção.

Art. 5º - O vencimento de que trata o artigo 291, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, com a redação dada por esta lei, fica majorado em 16% (dezesseis por cento).

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1987, ficando revogados o § 1º do artigo 274, da Lei Complementar n. 14/82, a Lei Complementar n. 10/80 e demais disposições em contrário.

Curitiba, 12 de dezembro de 1986

OF. n. 3.960/86-GS

Exposição de Motivos

Assunto: Modifica disposição do Estatuto da Polícia Civil

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação e encaminhamento de Vossa Excelência, a inclusa minuta de anteprojeto de lei complementar que tem como objetivo alterar disposições do Estatuto da Polícia Civil, com vista a pôr em prática o regime especial de trabalho policial, preconizado nas Leis Complementares n. 14/82 e 19/84.

A minuta de anteprojeto em referência resultou de um trabalho conjunto entre a Secretaria de Estado da Segurança, esta Secretaria e as demais áreas instrumentais do Governo, tendo como principal objetivo a regulamentação do "Regime Especial de Trabalho Policial" e a instituição da correspondente gratificação como contra-prestação pelo exercício sujeito a esse regime.

Na elaboração do texto proposto, foram analisadas as sugestões e reivindicações das entidades associativas de servidores policiais civis, as quais, na medida do possível, foram adotadas e estão substanciadas na minuta de anteprojeto anexa.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ CARLOS CAMPOS HIDALGO
Secretário de Estado.

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA O CÁLCULO DO IPVA - VEÍCULOS NACIONAIS

IPVA - EXERCÍCIO DE 1987

FAIXA DO IPVA	ANO DE FABRICAÇÃO DO VEÍCULO					
	1987	1986	1985	1984	1983	1982
A-1	4.049,00	4.500,00	4.047,00	3.147,00	2.850,00	2.737,00
A-2	15.344,00	14.850,00	14.212,00	10.950,00	10.162,00	9.377,00
A-3	20.924,00	20.250,00	19.612,00	15.112,00	13.762,00	12.525,00
B-1	46.364,00	44.870,00	43.402,00	33.212,00	30.192,00	27.460,00
B-2	80.592,00	73.227,00	51.502,00	39.332,00	32.917,00	29.420,00
B-3	107.360,00	93.270,00	73.360,00	57.577,00	47.645,00	43.402,00
B-4	107.210,00	103.755,00	107.360,00	66.716,00	59.025,00	57.160,00
B-5	134.313,00	129.985,00	125.752,00	92.166,00	87.870,00	79.467,00
C-1	59.518,00	57.600,00	55.600,00	42.475,00	38.650,00	35.125,00
C-2	117.117,00	114.600,00	112.925,00	85.825,00	80.800,00	75.225,00
D-1	177.159,00	171.450,00	165.750,00	126.712,00	115.125,00	104.437,00
D-2	254.741,00	243.250,00	234.512,00	194.662,00	176.887,00	160.350,00
D-3	421.741,00	408.150,00	394.512,00	301.875,00	274.537,00	248.775,00
E-1	96.251,00	93.150,00	90.150,00	69.897,00	62.475,00	56.512,00
E-2	127.870,00	123.750,00	119.512,00	91.509,00	83.172,00	75.512,00
E-3	214.823,00	207.900,00	201.187,00	153.425,00	139.762,00	126.600,00
E-4	253.891,00	245.700,00	237.637,00	181.837,00	165.412,00	149.887,00
E-5	358.038,00	346.500,00	335.175,00	256.425,00	233.137,00	211.312,00
M-1	45.637,00	44.167,00	42.583,00	32.633,00	29.713,00	26.934,00
M-2	54.403,00	52.455,00	50.415,00	38.226,00	35.416,00	32.470,00
M-3	79.180,00	76.635,00	74.175,00	56.256,00	53.416,00	50.470,00
M-4	104.272,00	100.912,00	97.425,00	74.538,00	67.611,00	61.705,00
M-5	130.265,00	126.067,00	121.998,00	93.331,00	84.922,00	77.171,00

FAIXA DO IPVA	ANO DE FABRICAÇÃO DO VEÍCULO					
	1979	1978	1977	1976	1975	1974
A-1	1.537,00	1.200,00	1.080,00	972,00	876,00	788,00
A-2	5.250,00	4.162,00	3.746,00	3.372,00	3.032,00	2.723,00
A-3	6.862,00	4.462,00	4.016,00	3.615,00	3.253,00	2.928,00
B-1	15.042,00	11.967,00	10.771,00	9.595,00	8.726,00	7.853,00
B-2	19.145,00	15.170,00	13.653,00	12.288,00	11.060,00	9.955,00
B-3	38.362,00	30.260,00	26.362,00	23.260,00	20.260,00	17.260,00
B-4	46.050,00	36.950,00	32.355,00	28.355,00	24.355,00	20.355,00
C-1	19.400,00	14.525,00	13.072,00	11.766,00	10.590,00	9.531,00
C-2	26.550,00	18.150,00	16.335,00	14.766,00	13.232,00	11.910,00
D-1	58.762,00	46.687,00	42.018,00	37.817,00	34.036,00	30.633,00
D-2	89.737,00	71.137,00	64.023,00	57.622,00	51.861,00	46.676,00
D-3	141.825,00	111.600,00	100.440,00	90.596,00	81.357,00	73.222,00
E-1	31.762,00	25.350,00	22.815,00	20.533,00	18.481,00	16.633,00
E-2	42.525,00	33.825,00	30.442,00	27.308,00	24.461,00	21.515,00
E-3	71.250,00	54.187,00	48.766,00	43.592,00	39.503,00	35.195,00
E-4	85.500,00	64.275,00	57.897,00	52.663,00	47.172,00	42.172,00
E-5	118.762,00	90.300,00	81.270,00	73.143,00	65.830,00	59.247,00
M-1	18.640,00	11.529,00	10.376,00	9.340,00	8.406,00	7.560,00
M-2	27.007,00	17.476,00	15.759,00	14.037,00	12.627,00	11.507,00
M-3	35.636,00	23.473,00	21.125,00	19.014,00	17.113,00	15.470,00
M-4	44.484,00	28.060,00	22.464,00	20.219,00	18.168,00	16.380,00

VEÍCULO		FAIXA DO IPVA	
ESPECIE / TIPO	POTENCIA/CILINDR/CAPACIDADE	TIPO	FAIXA DO IPVA
CICLOMOTOR, MOTOCICLETA, MOTONETA E TRICICLO	ATE 50 CC ACIMA DE 50 CC ATE 150 CC ACIMA DE 150 CC	A-1 A-2 A-3	D-1 D-2 D-3
AUTOMÓVEL	ATE 50 CV ACIMA DE 50 CV ATE 69 CV ACIMA DE 69 CV ATE 100 CV ACIMA DE 100 CV ATE 150 CV ACIMA DE 150 CV	B-1 B-2 B-3 B-4 B-5	E-1 E-2 E-3 E-4 E-5
BUGGY E CARLONETA	ATE 100 CV ACIMA DE 100 CV	C-1 C-2	M-1 M-2 M-3 M-4 M-5
FURGÃO, JIPÊ E PICK-UP	ATE 100 CV ACIMA DE 100 CV	C-1 C-2	M-1 M-2 M-3 M-4 M-5

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA O CALCULO DO IPVA - VEICULOS ESTRANGEIROS

IPVA/EXERCÍCIO DE 1987

FAIXA I DO IPVA	ANO DE FABRICACAO DO VEICULO											
	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976
F-1	91.137,00	88.200,00	80.212,00	57.825,00	50.512,00	42.112,00	29.125,00	16.837,00	12.900,00	12.412,00	11.171,00	10.054,00
F-2	202.733,00	198.200,00	178.237,00	159.352,00	112.275,00	93.562,00	55.452,00	36.412,00	27.975,00	26.635,00	23.962,00	21.566,00
F-3	263.181,00	258.700,00	231.679,00	166.837,00	145.912,00	121.560,00	71.925,00	47.400,00	36.412,00	35.025,00	31.522,00	28.370,00
F-4	689.682,00	666.450,00	605.887,00	436.237,00	381.675,00	318.075,00	189.000,00	128.125,00	96.037,00	90.225,00	81.202,00	73.081,00
G-1	95.267,00	92.197,00	83.817,00	60.348,00	50.290,00	41.908,00	20.645,00	13.573,00	10.605,00	8.696,00	7.826,00	7.043,00
G-2	121.745,00	117.825,00	107.111,00	77.118,00	64.266,00	53.555,00	26.366,00	17.393,00	13.365,00	11.028,00	9.926,00	8.933,00
G-3	316.845,00	308.635,00	279.322,00	201.112,00	167.592,00	95.463,00	46.950,00	30.971,00	23.575,00	19.728,00	17.756,00	15.991,00
G-4	399.515,00	386.640,00	351.593,00	253.076,00	210.895,00	121.560,00	64.770,00	42.641,00	32.667,00	27.152,00	24.436,00	21.993,00
G-5	570.316,00	551.937,00	501.760,00	361.266,00	301.055,00	250.880,00	123.606,00	81.462,00	62.580,00	51.972,00	46.775,00	42.097,00
M-1	84.410,00	81.690,00	74.251,00	53.461,00	46.778,00	39.982,00	23.673,00	15.721,00	12.220,00	10.048,00	9.043,00	8.138,00
M-2	166.770,00	161.400,00	146.718,00	105.637,00	92.433,00	77.026,00	47.351,00	31.180,00	24.251,00	19.920,00	17.927,00	16.135,00
M-3	335.564,00	328.750,00	295.218,00	212.537,00	185.588,00	134.988,00	92.288,00	62.800,00	48.506,00	40.281,00	36.702,00	33.032,00
I-1	196.897,00	190.530,00	173.225,00	124.722,00	109.130,00	84.886,00	49.550,00	32.843,00	24.550,00	20.140,00	17.305,00	15.575,00
I-2	337.074,00	327.105,00	297.372,00	214.053,00	187.346,00	162.996,00	125.303,00	110.050,00	84.800,00	71.467,00	64.320,00	57.888,00
J-1	139.843,00	135.337,00	123.033,00	88.580,00	77.512,00	67.407,00	51.926,00	45.738,00	35.257,00	30.016,00	27.015,00	24.313,00
J-2	315.518,00	303.370,00	277.621,00	199.887,00	174.903,00	152.101,00	116.737,00	102.911,00	78.612,00	66.702,00	60.032,00	54.028,00
J-3	479.120,00	463.680,00	421.518,00	303.491,00	265.556,00	230.930,00	177.236,00	155.795,00	119.587,00	100.522,00	90.470,00	81.422,00

FAIXA I DO IPVA	ANO DE FABRICACAO DO VEICULO											
	1974	1973	1972	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963
F-1	8.143,00	7.328,00	6.596,00	5.936,00	5.342,00	4.808,00	4.327,00	3.895,00	3.505,00	3.155,00	2.840,00	2.555,00
F-2	17.468,00	15.721,00	14.148,00	12.733,00	11.461,00	10.315,00	9.283,00	8.355,00	7.520,00	6.767,00	6.091,00	5.481,00
F-3	22.980,00	20.681,00	18.613,00	16.752,00	15.076,00	13.568,00	12.212,00	10.991,00	9.891,00	8.902,00	8.012,00	7.211,00
F-4	59.496,00	53.276,00	47.948,00	43.153,00	38.838,00	34.955,00	31.458,00	28.313,00	25.462,00	22.933,00	20.640,00	18.576,00
G-1	5.705,00	5.135,00	4.621,00	4.158,00	3.743,00	3.368,00	3.032,00	2.723,00	2.456,00	2.210,00	1.988,00	1.790,00
G-2	7.236,00	6.512,00	5.861,00	5.275,00	4.736,00	4.272,00	3.846,00	3.461,00	3.115,00	2.803,00	2.523,00	2.271,00
G-3	12.943,00	11.650,00	10.485,00	9.436,00	8.492,00	7.643,00	6.879,00	6.211,00	5.626,00	5.085,00	4.583,00	4.062,00
G-4	17.615,00	16.032,00	14.430,00	12.948,00	11.587,00	10.358,00	9.268,00	8.311,00	7.478,00	6.762,00	6.135,00	5.590,00
G-5	34.100,00	30.690,00	27.620,00	24.858,00	22.372,00	20.135,00	18.111,00	16.310,00	14.678,00	13.211,00	11.890,00	10.701,00
M-1	6.592,00	5.933,00	5.340,00	4.806,00	4.325,00	3.892,00	3.503,00	3.153,00	2.837,00	2.553,00	2.298,00	2.068,00
M-2	13.968,00	12.726,00	11.596,00	10.529,00	9.575,00	8.717,00	7.951,00	7.271,00	6.626,00	6.022,00	5.456,00	4.901,00
M-3	26.796,00	24.080,00	21.672,00	19.505,00	17.555,00	15.798,00	14.220,00	12.797,00	11.517,00	10.366,00	9.328,00	8.396,00
I-1	27.195,00	24.476,00	22.028,00	19.825,00	17.842,00	16.058,00	14.452,00	13.007,00	11.706,00	10.536,00	9.482,00	8.533,00
I-2	46.890,00	42.200,00	37.980,00	34.182,00	30.763,00	27.687,00	24.918,00	22.427,00	20.185,00	18.166,00	16.348,00	14.715,00
J-1	19.693,00	17.723,00	15.952,00	14.356,00	12.921,00	11.628,00	10.466,00	9.420,00	8.477,00	7.630,00	6.866,00	6.180,00
J-2	43.763,00	39.387,00	35.448,00	31.903,00	28.713,00	25.841,00	23.257,00	20.932,00	18.838,00	16.955,00	15.258,00	13.733,00
J-3	65.952,00	59.357,00	53.421,00	48.078,00	43.271,00	38.943,00	35.050,00	31.545,00	28.390,00	25.551,00	22.996,00	20.696,00

FAIXA I DO IPVA	VEICULO			FAIXA I DO IPVA
	ESPECIE / TIPO	POTENCIA/CILINDR/CAPACIDADE	IPVA	
CICLOMOTOR, MOTOCICLETA, MOTONETA E TRICICLO	FURGÃO, JIPE E PICK-UP	ATE 100 CV	ATE 220 CV	M-1
	PICK-UP	ACIMA DE 100 CV	ATE 220 CV	M-2
	PICK-UP	ACIMA DE 220 CV		M-3
AUTOMÓVEL	MICROONIBUS E UNIBUS	ATE 150 CV		I-1
	MICROONIBUS E UNIBUS	ACIMA DE 150 CV		I-2
	CAMINHÃO	ATE 150 CV		J-1
BUGGY E CAMIONETA	CAMINHÃO	ACIMA DE 150 CV	ATE 250 CV	J-2
	CAVALU-MECANICO	ACIMA DE 250 CV		J-3

MENSAGEM N. 165/86

Curitiba, 12 de dezembro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar, para o exercício de 1987, a base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), prevista no art. 3.º da Lei n. 8.216, de 31.12.85. Visa, ainda, acrescentar os incisos que especifica ao art. 14, da referida Lei n. 8.216/85.

A Anexa cópia autêntica do ofício n. 1404/86, de 5 de dezembro de 1986, a mim encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças, apresenta maior detalhamento no que respeita à oportunidade e necessidade da medida em causa.

Tendo em vista o elevado interesse público solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 289/86

Art. 1.º - No exercício de 1987, a base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) prevista no artigo 3.º, da Lei n. 8.216, de 31.12.85, obedecerá os valores constantes dos anexos I e II, integrantes desta Lei.

Art. 2.º - Ficam acrescentados ao artigo 14, da Lei n. 8.216, de 31 de dezembro de 1985, os seguintes incisos:

"VII - especificamente construídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem conduzir veículos comuns, cujo proprietário possua Carteira Nacional de Habilitação que indique os mecanismos especiais do veículo a permitir-lhe a condução.

VIII - de propriedade de empresas públicas e de fundações instituídas pelo Poder Público."

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

com base nos artigos 35, 64 e 134, § 4.º, inciso IV, do Regimento Interno, REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para o estudo de matérias, objeto da Convocação Extraordinária.

Sala das Sessões, em 15.12.1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do procurador da Justiça, Dr. ACYR FERREIRA DE CAMARGO.

Respeitada figura da área jurídica paranaense, o Dr. Acyr Ferreira de Camargo era Procurador da Justiça, aposentado, e advogado no Foro de Curitiba, gozando do prestígio e do carinho que sua sólida formação profissional e sua conduta moral despertavam em todos os círculos.

REQUER, mais, que da manifestação desta Casa, se dê ciência à família do jurista desaparecido, como preito do Poder Legislativo de seu Estado.

Sala das Sessões, em 15.12.1986

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa ouvido o Plenário, seja inscrito na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Moacir Antunes de Oliveira, vítima por acidente de automóvel, no dia 07 do corrente.

Moacir Antunes de Oliveira era líder político em sua cidade e Vereador pela Bancada do PMDB, exercendo ultimamente o elevado cargo de Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, neste Estado.

REQUER mais, que da manifestação desta Casa em homenagem à memória do dirigente desaparecido se dê ciência à sua família e à Edilidade do Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 15.12.1986.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 290/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS RESERVENSES, situada na Cidade de Reserva, no Estado do Paraná;

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sede e foro na Cidade de Reserva, no Estado do Paraná, na Rua Ari Borba Carneiro s/n., e está devidamente registrada sob o n. 07, fls.50 e 60 do Livro A-1.

Fundada em 29 de novembro de 1985, é uma entidade filantrópica de ação social e educacional, tendo como objetivo; dar combate a todos os vícios nocivos à saúde; distribuição gratuita de literatura voltada ao bem-estar moral e espiritual; atendimento social aos excepcionais; orientação sobre saúde e higiene entre os favelados; atendimento aos necessitados e aos asilos de idosos, com doações de agasalhos, alimentos, medicamentos, serviços médico e odontológico, bem como, promoções para passeios e lazer; e, ainda, promoções de cursos domésticos e semi-profissionalizantes. Essas atividades são supervisionadas por dirigentes e conselheiros não remunerados, com o único objetivo de bem servir a comunidade, sem quaisquer fins lucrativos.

Assim, contamos com a honrosa aquiescência dos nobres Pares, para a aprovação deste Projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Encerrada a Hora do Expediente, e não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes passaremos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PCB se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB. (Declina).

Finalmente, havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para o estudo de matérias, objeto da

Convocação Extraordinária, com base nos artigos 35, 64 e 134, § 4., inciso IV do Regimento Interno. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Esta Mesa designa como Relator, o Deputado Caíto Quintana, para examinar o aspecto financeiro e condicional da Mensagem n. 163/86, o aumento dos cargos efetivos do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado.

Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana, para relatar.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, pediria a Vossa Excelência para que fosse relatada na sessão de amanhã, a matéria que Vossa Excelência nos pediu.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Concedido. Vossa Excelência relatará amanhã.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO:

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 276/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 154/86), que altera os dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Solicito a Vossa Excelência, a repetição do que está sendo colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está em votação a 1ª Discussão do Projeto de Lei n. 276/86, do Poder Executivo, Mensagem 154/86, que altera o dispositivo da Lei n. 7297 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, há poucos instantes Vossa Excelência havia declarado que não havia número para votação de matéria, apenas para prosseguimento de sessão, motivo pelo qual não entendo como se coloca tal matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Assessoria da Mesa está informando que chegou-se à conclusão posteriormente, que havia "quorum". Para dirimir dúvidas, eu

gostaria que nova chamada nominal fosse feita.

O SR. TRAJANO BASTOS - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS - Senhor Presidente, Vossa Excelência determinou a chamada nominal dos Senhores Deputados. Foi constatado por esta chamada a presença de 22 Senhores Deputados. Posteriormente, Vossa Excelência anunciou ao Plenário, este número, afirmando que não havia "quorum" para deliberação e somente para prosseguimento da sessão.

E este projeto que Vossa Excelência anuncia, constante da Ordem do Dia, está em fase de votação. Portanto, está totalmente prejudicado o andamento deste projeto nesta sessão, pela falta de "quorum" constatada pela chamada nominal determinada por Vossa Excelência.

Solicito a Vossa Excelência, o acatamento desta questão de ordem e de transferir para a sessão de amanhã, a discussão e votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Presidência concorda com a argumentação de Vossa Excelência; é inteiramente procedente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, é lamentável quando a população do Paraná e do Brasil tenta resgatar a credibilidade dos homens públicos. É lamentável que ocorra este tipo de falha do Poder Legislativo do Estado do Paraná, principalmente eu que sou componente dele. Mas, entendendo que a culpa não cabe só a Vossa Excelência.

A culpa também cabe à assessoria da Mesa, que tem profundo conhecimento e que levava a matéria para que Vossa Excelência anunciasse.

Eu lamento muito e vejo que Vossa Excelência não é tão responsável pelo ato.

Mas, nós temos um compromisso e prestamos um juramento de cumprir a nossa missão neste Parlamento. E para que isto ocorra, para que nós possamos resgatar a credibilidade, nós temos que manter um posicionamento deste Parlamento, porque eu entendo que isto aqui não é como borracha, que estica, volta, estica e volta.

Desde que a sessão já estava prejudicada através da falta de "quorum", não havia condições de colocar a matéria em votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Esta Presidência, confirmando o que já havia dito ao Senhor Deputado Trajano Bastos, diz a Vossa Excelência que uma informação da assessoria prejudicou o prosseguimento da sessão, quando eu disse que estava em votação, e na verdade não poderia, já que havia dito anteriormente que não havia "quorum" para a votação. Portanto, fica prejudicada a votação por falta de "quorum" para tanto.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Procurador da Justiça, Dr. Acyr Ferreira de Camargo. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Moacir Antunes de Oliveira, ocorrido no dia 07 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 276/86
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 233/86, 289/86, 288/86, 287/86

Levanta-se a sessão.